

**A INFLUÊNCIA DA LUTA PELA TERRA NA IDENTIDADE DE  
GÊNERO DAS MULHERES CAMPONESAS DO  
ASSENTAMENTO SERRA DOURADA, EM GOIÁS/GO, BRASIL**

**THE LAND STRUGGLES INFLUENCE IN THE GENDER  
IDENTITY OF PEASANT WOMEN IN THE SETTLEMENT  
SERRA DOURADA, GOIÁS/GO, BRASIL**

**LA INFLUENCIA DE LA LUCHA POR LA TIERRA EN LA  
IDENTIDAD DE GÉNERO DE LAS MUJERES DEL  
ASENTAMIENTO SERRA DOURADA, EN EL ESTADO DE  
GOIÁS/GO, BRASIL**

**Natália Lucas Mesquita<sup>1</sup>**

*natalia-mesquita@hotmail.com*

**Aline Cristina Nascimento<sup>2</sup>**

*alinenask@ig.com.br*

**RESUMO**

O artigo tem como objetivo refletir sobre a influência da luta pela terra no redesenho dos padrões de identidade de gênero feminina e nas relações entre homens e mulheres no Assentamento Serra Dourada, em Goiás/GO. A metodologia adotada pautou-se nos seguintes procedimentos: revisão da literatura sobre a temática e pesquisa de campo com a aplicação de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas. A identidade de gênero é uma construção social, portanto passível de transformação. Por meio dessa pesquisa foi possível concluir que a participação das mulheres em movimentos de luta pela terra proporcionaram modificações em suas identidades. Todavia, o processo de emancipação feminina pressupõe relações de gênero que antecedem a luta pela terra. Reconhece-se que a luta pela terra desvinculada de uma organização política, de um movimento social progressista pouco contribui para minimização das desigualdades de gênero.

**Palavras-chave:** Identidade de Gênero. Luta pela terra. Mulher camponesa.

**ABSTRACT**

The article aims to reflect the impact of the struggles for land in the redesign of female gender identity standards and relations between men and women in the settlement Serra Dourada, Goiás/GO. The methodology was adopted in the following procedures: review of the literature on

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás. Especialista em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. Atualmente, é mestranda em Geografia do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG).

<sup>2</sup> Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão e membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais e do DIALOGUS - Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho.

the topic and field research with questionnaires and semi-structured interviews. Gender identity is a social construct, therefore, subject to transformation. By means of this research, it was possible to conclude that the participation of women in fighting moves for land provided modifications to their identities. However, the process of emancipation presupposes gender relations prior the land struggle. It is recognized that the struggle for the land unlinked to a political organization, a progressive social movement little contributes to minimize gender inequalities.

**Keywords:** gender identity. Land struggles. Peasant woman.

## RESÚMEN

El trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre la influencia de la lucha por la tierra en el rediseño de los estándares de identidad de género femenina y en las relaciones entre hombres y mujeres en el Asentamiento Serra Dourada, en el estado de Goiás/GO, Brasil. La metodología adoptada consistió en los siguientes procedimientos: revisión de la literatura sobre el tema e investigación de campo con la aplicación de cuestionarios y realización de entrevistas semiestructuradas. La identidad de género es una construcción social, por lo tanto pasible de transformación. Por medio de esa pesquisa fue posible constatar que la participación de las mujeres en los movimientos de la lucha por la tierra proporcionó modificaciones en sus identidades. Sin embargo, el proceso de emancipación femenina se basa en relaciones de género que anteceden la lucha por la tierra. Pero hay que reconocer que la lucha por la tierra desvinculada de una organización política, o sea, un movimiento social progresista contribuye muy poco para reducir las desigualdades de género.

**Palabras-clave:** Identidad de Género. Lucha por la tierra. Mujer campesina.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo<sup>3</sup> visa refletir sobre a influência da luta pela terra na identidade de gênero das mulheres camponesas do Assentamento Serra Dourada, em Goiás/GO, com o intuito de responder aos seguintes questionamentos: A participação no processo de luta pela terra provocou um redesenho dos padrões de identidade de gênero das mulheres camponesas do Assentamento? Essa participação modificou as relações entre mulheres e homens na unidade familiar?

Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados pautaram-se no Levantamento e revisão bibliográfica e Pesquisa de campo com aplicação de questionários e realização de entrevistas semiestructuradas.

O levantamento e revisão bibliográfica teve o objetivo de buscar embasamento teórico para o trabalho, em especial, para a interpretação dos dados obtidos através da pesquisa de campo. As temáticas abordadas foram: Gênero e identidade de Gênero, tendo como referências básicas: Scott (1995), Grossi (2004a; 2004b) e Louro (1997); Relações de gênero no campo, movimentos de luta pela terra e a participação das mulheres camponesas

---

<sup>3</sup> Esta pesquisa refere-se ao trabalho final do curso de especialização em Gênero e Diversidade na Escola promovido pela Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão.

nesse movimento, a partir dos trabalhos de García (2004), Valenciano (2006) e Mesquita (2013); Estrutura fundiária e movimentos de luta pela terra em Goiás/GO, sendo referência básica, Souza (2012).

A pesquisa de campo foi dividida em duas etapas: Aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas. Os questionários possibilitaram conhecer aspectos gerais das pesquisadas, como faixa etária, escolaridade, quantidade de pessoas na família, movimento social em que estiveram vinculadas no processo de luta pela conquista da terra, principais atividades desenvolvidas pelas famílias nas parcelas e as funções desempenhadas pelas mulheres.

Foram aplicados questionários com 07 mulheres, maiores de 18 anos, que aceitaram participar da pesquisa. Vale informar que, nas parcelas em que não havia a figura feminina<sup>4</sup>, não se aplicou questionário. Identificamos, nesse momento, a existência de quatro mulheres no assentamento, que participaram da luta pela terra, tanto nos processos de ocupações quanto dos acampamentos, sendo essas as entrevistadas.

Para a realização das entrevistas semiestruturadas, as perguntas direcionadoras contemplaram os seguintes assuntos: participação na luta pela terra, relações de gênero após o processo de luta pela terra, espaço social das mulheres camponesas no assentamento, concepções e percepções do espaço e da sociedade anteriores/durante/posteriores ao processo de luta e identidade de gênero e mudanças após a participação na luta pela terra.

Esse artigo está dividido, além das considerações iniciais, considerações finais e referências, em quatro seções: A luta pela terra em Goiás/GO e a criação do Assentamento Serra Dourada; As mulheres na luta pela terra em Goiás/GO; Gênero, identidade feminina e padrões comportamentais e A identidade das mulheres do Assentamento Serra Dourada após a luta pela terra.

Na primeira seção (A luta pela terra em Goiás/GO e a criação do Assentamento Serra Dourada) será realizada uma caracterização do município em que as mulheres pesquisadas estão inseridas e o processo de luta pela terra na região. A segunda seção (As mulheres na luta pela terra em Goiás/GO), abordará a experiência das mulheres pesquisadas na luta pela terra bem como os motivos que as levaram a inserção no movimento. Na terceira seção (Gênero, identidade feminina e padrões comportamentais) será abordado o conceito de gênero e identidade, bem como, os padrões de

---

<sup>4</sup> O reconhecimento da figura feminina se deu a partir da auto identificação do sujeito como mulher ou homem e não de suas características morfológicas.

comportamento feminino imposto pela sociedade ocidental. Por fim, a quinta seção (A identidade das mulheres do assentamento Serra Dourada após a luta pela terra) abordará as modificações na identidade das mulheres do Assentamento bem como as relações de gênero após o processo de luta.

### **A LUTA PELA TERRA EM GOIÁS/GO E A CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO SERRA DOURADA**

O município de Goiás/GO, localizado na Microrregião do Rio Vermelho, a noroeste no estado de Goiás, possui em seu território as marcas de um passado colonial cuja concentração fundiária e o coronelismo são características que motivaram as lutas pela terra e Reforma Agrária no município e a criação de assentamento rurais, dentre os quais o Assentamento Serra Dourada.

Esse município está situado as margens do Rio Vermelho, importante fonte aurífera para os colonizadores portugueses, representados pelos bandeirantes paulistas, no século XIX. Sua formação está vinculada ao avanço do capital pelo interior do Brasil. Conforme observa Silva (2003, p. 41-42)

A territorialização construída na mineração acompanha o movimento do capital e mais, fixa-se sob o planejamento de uma região que nasce sob signo do atraso. Tal territorialidade acompanha, ainda, uma necessidade de satisfazer as exigências da economia colonial que atingiu não apenas Goiás, mas todo o interior do Brasil através das bandeiras de penetração.

Assim sendo, o município de Goiás/GO, como diversos outros no Brasil, surge como fornecedor de riquezas para a colônia e território do capital demandante de expansão, sendo a distribuição das terras, conforme Faoro (2001), o ponto de apoio para a obra política e comercial da colonização.

A distribuição das terras no período colonial se deu inicialmente pelo sistema de Sesmarias, sendo essas representantes do início do latifúndio no Brasil (FAORO, 2001; PESSOA, 1997).

Isso porque, além de serem doadas longas extensões de terras, o mesmo colono poderia ser contemplado com sucessivas Sesmarias, em épocas e lugares diferentes, conforme explica Faoro (2001). Desse modo, ainda conforme o autor, “tantas foram as liberalidades nas concessões de sesmarias, com áreas de dez, vinte e até cem léguas, com

diversas doações a um mesmo requerente que, em 1822, não haviam mais terras a distribuir.” (FAORO, 2001, p. 483).

Apesar da apropriação privada de terras para concessão de Sesmarias, o regime foi extinto, oficialmente, em 1822, pelo processo de independência do Brasil, por meio da Resolução nº 76 de 17 de julho de 1822 (PESSOA, 1997). Desse período, até 1850, quando é elaborada a Lei de Terras, o país ficou sem uma legislação específica para a questão da terra, prevalecendo as ocupações livres (PESSOA, 1997; FAORO, 2001), ou regime de posses (OLIVEIRA, 2012).

Quando em 1850 foi elaborada a Lei de Terras, do ponto vista da formação fundiária, nada foi criado de novo, sendo essa apenas um instrumento ratificador e legitimador do latifúndio (PESSOA, 1997). Em Goiás/GO

Apesar de toda a legislação federal e estadual, o acesso à terra continuou muito mais dependente da apropriação do que do aspecto legal. Por isso, sua estrutura fundiária<sup>5</sup> sofreu poucas alterações no pós-Lei de Terras. Houve pouco movimento de compra e venda, e o fracionamento da propriedade ocorreu somente nos casos de herança. (PESSOA, 1997, p. 35)

Essa realidade prosperou, no município, de modo específico, e no Brasil, de modo geral, até o início do processo de modernização da agricultura<sup>5</sup>, quando houve uma intensificação dessa concentração.

No estado de Goiás o processo de modernização da agricultura tem início na década de 1970. Um dos principais agentes desse processo foi o Estado, sendo suas ações iniciadas já na década de 1930, com a política de integração do governo Vargas que colocou como prioridade nacional a ocupação do centro-oeste (PELÁ; MENDONÇA, 2010).

Segundo os autores, a viabilização do projeto de ocupação das áreas de Cerrado requisitou estratégias de ordem espacial, dentre as quais se destaca a construção de Goiânia (1937), o Plano de Metas de JK (1956-1961), e a construção de Brasília (1960).

Além disso, não podemos esquecer do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o

---

<sup>5</sup> Entende-se a modernização da agricultura como um processo de inserção do capital industrial e financeiro à agricultura, tendo como principais características a substituição das bases técnicas de produção e as mudanças nas relações de trabalho tanto no campo como na cidade. Esse processo se torna mais expressivo no Brasil após a segunda grande guerra, tendo como principal agente o Estado, que por meio de incentivos fiscais e políticas de financiamento, proporcionaram condições para a territorialização do capital. O processo de modernização da agricultura no Brasil é conservador, visto que não houve uma redistribuição das terras, conservando a estrutura fundiária concentrada.

Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que segundo Inocêncio (2010), são os que assumem mais importância no estudo sobre o processo de modernização da agricultura no Cerrado, evidenciando a incorporação capitalista dessas áreas.

As transformações advindas da modernização do território e da agricultura em Goiás, e no Brasil como um todo, não alteraram somente o modo de produção e trabalho, mas o modo de ocupação e de vida de grande parcela da população do campo, visto que essas, além de migrarem para as cidades tiveram seu antigo lugar de moradia apropriado por migrantes de outras paragens (PELÁ; MENDONÇA, 2010).

Diante dessa situação de exclusão histórica das camponesas e camponeses inicia-se a organização de movimentos sociais para a reivindicação de terra e Reforma Agrária.

Conforme Souza (2012), “o processo de luta pela terra, nesse estado [Goiás], iniciou-se em 1986 no município de Goiás, com a territorialização camponesa, a partir da formação do assentamento Mosquito, com 43 famílias, e com o assentamento Acaba Vida, no município de Niquelândia, com 72 famílias.” (SOUZA, 2012, p. 83).

O município de Goiás/GO é, portanto, um importante exemplo das lutas pela terra no estado, sendo que essas ganharam força a partir da década de 1980, como ressaltam Souza et al. (2009).

Segundo os autores (2009), embasados em pesquisa realizada com os assentados do município, a “luta pela terra nessa região é intensificada quando os trabalhadores rurais se despertam para uma interpretação da realidade desigual e injusta, o que os leva a refletir e a lutar pela *‘quebra das correntes’* como dizem alguns dos assentados.” (SOUZA *et al.*, 2009, p. 8, grifos dos autores).

Como explica Souza (2012),

A luta pela terra, no município de Goiás, se consolidou mediante o assentamento do Mosquito que acampou nas terras da [...] família Berquó. Passando por um período de luta, muitas famílias ficaram em acampamentos na fazenda Mosquito, iniciando o processo de formação dos assentamentos, no município de Goiás até chegar à atual formação dos 22 assentamentos, com uma área de, aproximadamente, 24.458,6 ha e 667 famílias assentadas. (SOUZA, 2012, p. 30)

Atualmente, Goiás/GO possui 23 assentamentos de reforma agrária. Esses assentamentos atendem, conforme dados da Superintendência Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a 682 famílias (Quadro 01).

Todos os Assentamentos Rurais de Goiás/GO são do tipo Projeto de Assentamento Federal (PA), que é a modalidade, segundo observa Coca (2013), mais implementada no Brasil.

De acordo com o autor (2013), “em termos nacionais, a origem desse assentamento está atrelada as ocupações de terra. Prova disso é que 78% dos PA’s implantados no Brasil entre 1961 e 2010 tiveram como política de obtenção a desapropriação.” (COCA, 2013, p. 388).

Dentre os assentamentos do município, encontra-se o Assentamento Serra Dourada, território dessa pesquisa. Esse Assentamento foi criado pelo ato nº 0045 de 17 de dezembro de 1999, possuindo uma área de 239,3928ha e atendendo a 15 famílias (INCRA, 2014).

Entre todos os Assentamentos do município, este é o único cujas terras foram obtidas através de doação. Conforme explica Souza *et al.* (2005)

O processo de formação desse assentamento se difere do processo de outros assentamentos. As terras que serviram para esse assentamento estavam cedidas para o uso da Maçonaria, entretanto, o seu contrato de uso estava praticamente vencendo, diante dessa informação a CPT de Goiás vislumbrou a possibilidade de acampar varias pessoas que estavam acampadas em outras terras, aguardando a decisão do INCRA e começou a negociação, comprovando o papel de mediador na reterritorialização das terras no município de Goiás. Assim, alguns acampados com aproximadamente um a quatro anos de acampados foram selecionados e assentados em uma região denominada de “Fama”. (SOUZA *et al.*, 2005, p. 7-8).

Quadro 01- Assentamentos Rurais em Goiás-GO						
Nome	Área (ha.)	Famílias Assent.	Ato de Criação		Obtenção	
			Nº	Data	Forma	Data
P.A. Mosquito	1.786,2397	39	0781	17/10/86	Desaprop.	06/03/86
P.A. São João do Bugre	454,8255	09	0544	25/04/88	Desaprop.	10/08/87
P.A. São Felipe	67,4915	11	072	03/09/91	Desaprop.	23/06/89
P.A. Acaba Vida II	271,8076	04	084	03/09/91	Desaprop.	23/06/89
P.A. Retiro	736,4457	21	076	03/09/91	Desaprop.	18/05/89
P.A. Rancho Grande	800,1473	19	00075	03/09/91	Desaprop.	23/06/89
P.A. São Carlos	5.711,8198	155	005	06/02/95	Desaprop.	24/11/93
P.A. Lavrinha	706,7123	26	008	06/02/95	Desaprop.	20/12/93
P.A. Mata do Baú	1.561,0707	39	0022	09/04/96	Desaprop.	04/09/95
P.A. Novo Horizonte	1.018,5037	17	0026	16/05/96	Desaprop.	10/11/95
P.A. Paraíso	1.278,8022	35	0052	14/10/96	Desaprop.	08/02/96
P.A. Buriti Queimado	1.198,1491	25	0058	07/11/96	Desaprop.	21/05/96
P.A. União Buriti	760,6935	22	0060	14/11/96	Desaprop.	30/05/96
P.A. Holanda	1.347,0227	29	0076	16/09/98	Desaprop.	19/08/96
P.A. Bom Sucesso	1.714,1569	28	0038	30/05/96	Desaprop.	02/07/96
P.A. Baratinha	762,8931	16	0071	02/10/97	Desaprop.	25/11/96
P.A. Vila Boa	793,2248	12	0072	17/10/97	Desaprop.	06/09/96
P.A. Engenho Velho	1.122,1655	30	0090	09/12/97	Desaprop.	16/05/97

P.A. Varjão	1.088,8791	16	0014	05/03/98	Desaprop.	08/10/97
P.A. Magali	423,2522	07	0015	06/03/98	Desaprop.	09/10/97
P.A. Serra Dourada	239,3928	15	0045	17/12/99	Doação	28/12/99
P.A. São José do Ferreirinho	2.961,3902	66	0033	21/06/05	Desaprop.	09/08/04
P.A. Felipe Leddet	1.499,2340	41	021	16/09/14	Desaprop.	19/11/09
<b>Total</b>	<b>28.304,32</b>	<b>682</b>	-	-	-	-

Fonte: INCRA (2014). Organização: MESQUITA, N. L., 2015.

Como pudemos perceber, a CPT teve e ainda tem um papel muito importante no Assentamento Serra Dourada. Por meio do relato de uma das entrevistadas, na pesquisa de campo, essa situação fica evidente:

A CPT hoje pra gente aqui é igual eu falo, a CPT, o João<sup>6</sup> e a CPT pra gente é a mãe e o pai, porque tudo que a gente precisa, tudo que a gente vai, a gente nunca bate com a cara na porta. O João principalmente, ele é, ele é assim uma pessoa quele, se ele num tem tempo ele tira o tempo, ele faz o tempo, ele organiza o tempo, mais assim, a CPT pra nós é fundamental. Eu falo assim, a gente vê que a CPT é o coração dos Assentamento porque ela é, assim, ela é a base, até porque de lá a gente consegue fala cum INCRA, cum governo, cum, se fô preciso lá a gente consegue fala cum presidente da república, porque u ele consegue, o que ele qué ele consegue, ele vai em busca, o que ele qué pra ajuda a gente. (HELENA<sup>7</sup>. Informação verbal, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, abr., 2015).<sup>8</sup>

De acordo com Souza *et al.* (2005), o Assentamento Serra Dourada

[...] é um assentamento modelo, pelo nível de organização e pelo seu papel na economia local, através da comercialização de hortaliças, além da produção de arroz e milho para sua subsistência. Outro elemento importante são os projetos de apicultura já em desenvolvimento nesse assentamento. (SOUZA *et al.*, 2005, p. 8).

A principal fonte de renda das famílias do Assentamento é a produção de hortaliças que são comercializadas em supermercados e feiras na cidade de Goiás/GO, e também fornecidas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de alimentos (PAA), por meio da Cooperativa de Pequenos Agricultores de Goiás e Região (COOPAR).

Com a realização do trabalho de campo, constatamos que 60% das famílias produzem hortaliças, sendo a maioria, sem adição de insumos químicos. Vale destacar que

<sup>6</sup> Nome fictício utilizado para preservar a identidade do integrante da CPT.

<sup>7</sup> Helena é um nome fictício utilizado para preservar a identidade da pesquisada.

<sup>8</sup> É opção deste trabalho manter na descrição do relato dos entrevistadas os traços de oralidade registrados.



o destino dessa produção do Assentamento corresponde a cerca de 90% das hortaliças consumidas na cidade de Goiás/GO.

Após essas informações, cabe entendermos a atuação das mulheres na luta pela terra em Goiás/GO.

### **AS MULHERES NAS LUTAS PELA TERRA EM GOIÁS/GO**

As mulheres são atrizes importantes no processo de luta pela terra em Goiás/GO e no Brasil de um modo geral, estando presentes desde os primeiros territórios de luta que são os acampamentos.

Confirmando essa proposição, Valenciano (2006), ao estudar estratégias de mobilização de mulheres trabalhadoras sem terra no Pontal de Paranapanema, observa:

Desde o primeiro passo da luta, que é a ocupação, a mulher está presente. Ela qual se destaca ao lado dos homens, muito embora a cultura e os preceitos que referenciam a organização patriarcal familiar tenham, na mulher, a dona de casa, a senhora do lar, a mãe, a esposa. Ou seja: todos os aspectos que caracterizam o espaço privado. (VALENCIANO, 2006, p. 33).

O protagonismo das mulheres nas lutas pela terra não é recente no estado de Goiás, apesar de invisível aos olhos de muitos/as. Um exemplo pode ser visto no movimento messiânico de contestação do latifúndio, ocorrido no município de Pirenópolis, denominado “Santa Dica”, tendo como líder Benedita Cipriano (SOUZA, 2012). Segundo a autora, esse movimento, que remonta à década de 1920, é o primeiro registro de visibilidade da disputa territorial no estado de Goiás.

No município de Goiás/GO as mulheres estiveram sempre presentes nos processos de luta, sendo extremamente importante para a obtenção de parcelas e constituição de Assentamentos, como no caso do Assentamento Serra Dourada, como podemos observar através dos relatos de Helena e Antônia<sup>9</sup>, obtidos durante a pesquisa de campo:

[...] Foi só eu e meu cunhado, porque a terra lá era excedente, né? Era assim, tinha, já tinha feito o acampamento [Assentamento] e um grupo tinha tirado um pedaço da terra pra fazê tipo uma área de lazer. E esse

---

<sup>9</sup> Helena e Antônia são nomes fictícios usados com o objetivo de preservar a identidade das entrevistadas.

grupo, e como eles num pra fazê essa área de lazer e nunca fizeram, aí o pessoal começou a invadi lá, aí a gente viu a história, uns ia e entrava, outros saia, né, entrava e saia, entrava e saia, aí a gente resolveu entrar também, meu cunhado trabalhava lá perto, disse eu vou entrar lá cumade, eu falei assim, eu também vô. Mais a intensão nossa era ganhar esse pedaço de terra lá. Aí, como o INCRA falou que não, que ia tirar a gente até porque tava tendo muita confusão, muito conflito, ah o pessoal até massava a gente, aí tendo muitos conflito o INCRA falou não eles não vão ficar lá. Mas a gente, já que há, é, o pessoal tá pedindo vamos dar um pedaço de terra, aí foi aonde eles ofereceram esse pedaço aqui, aqui inclusive na época nem vendia, era abandonado, essa terra mesmo, esse lote aqui foi abandonado. Aí tinha esse lote aqui, aí nós veio pra esse. Aí meu cunhado foi pra acampamento, hoje ele é assentado na São Carlos [...]. Aí ele pegou foi, acampou, como saiu terra, tinha pessoas que eles tava tirando, aí assento ele lá. Aí eu vim e fiquei aqui, na terra aqui. [...] o sonho dele [do marido] num era a terra né, num era a terra, o sonho da terra era meu. (HELENA. Informação verbal, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, abr., 2015).

[...] , e essa coisa de acampamento, essas coisa de participa desse movimento foi meu marido que ficou doido pra conseguir uma terra, né? Es era doido por causa de uma terra pra plantar, era o sonho dele. Aí eu fui, eu fui [...] e ele trabalhava, né? Trabalhava no consórcio, aí ele num podia sair assim pra lá, né. Aí foi eu. [...] Aí nós fomos, primeiramente fomos lá pro Costa Campo que nós fomos. Lá nós ficamos um tempo lá. Logo depois teve o despejo. Foi pro corredor perto de Heitorá. Lá nesse corredor sabe quantas famílias eram? Trezentos e setenta e cinco famílias... gente até na cidade, era gente demais. Aí ficamos no corredor, até um determinado tempo. Eu num lembro mais quanto tempo nós ficamos lá. Aí depois de lá nós viemos aqui pro vale do Uvá, aí repartiu a turma porque a terra lá num cabia todo mundo. Aí a gente [...], aí repartiu setenta... num sei se setenta e cinco ou setenta e oito famílias [...] veio pro vale do Uvá [...] fica acampada. Aí o restante ficamos lá. [...] Do vale do Uvá [...] depois do vale do Uvá foi pra pichincha [...] já fica pra banda do Faina [...]. sabe o Rio formoso? [...] nós ficamos ali também. (ANTÔNIA. Informação verbal, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

Antônia ainda relatou que ficou acampada durante quatro anos, sendo parte desse tempo sozinha e a partir do acampamento no vale do rio Uvá, município de Goiás/GO, acompanhada de seu filho.

A atuação das mulheres nas lutas pela terra demonstra uma transposição ou reorganização das barreiras espaciais estabelecidas pelas relações de gênero. Conforme Valenciano (2006):

Os estudos dos territórios de luta vêm apontando algumas transformações que têm afetado a natureza das relações estabelecidas entre os indivíduos. [...] Essas mudanças podem nos dar pistas de uma

possível reorganização do trabalho e de suas expressões na divisão sexual de tarefas produtivas e reprodutivas. (VALENCIANO, 2006, p. 104).

Conforme Alves e Mendonça (2014), “O que se percebe é que quando há experiência da ação política no Movimento, ocorre uma redefinição das relações de poder também no nível privado.” (ALVES; MENDONÇA, 2014, p. 2).

A experiência do acampamento impõe às mulheres um novo padrão comportamental que, socialmente, é visto como masculino. Helena e Antônia, relataram que a experiência do acampamento foi muito sofrida, sendo a violência um dos principais temores. Através do relato de Antônia sobre a vida no acampamento podemos entender a vida nesse território:

Muito sofrida... demais... [...] Deus me livre de tanto sofrimento. Era sofrimento minha fia, se ocê não tivé memo garra mesmo cê num fica não... que cê enfrenta é sol, é chuva debaixo daquela lona. É... [...] jagunço, é, enfrentava. Menina! Trem é feio viu. Lá nesse Costa Campo eles foram lá pra... pra tirá nós e fazê um confronto sabe?. [...] até se o povo num fosse [...] cê muito ágil e cabeça tinha sido muita morte... que os jagunço foi lá pra matá, pra destruí nós, pra bagunça tudo né? Mais ai o pessoal é, teve muita sabedoria i cunversô com eles [...] até que eles caíro em si [...]. lá agente sofreu demais, minina como a gente sofreu. (ANTÔNIA. Informação verbal, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015. *Grifo nosso*).

Por outro lado, a mulher ainda era concebida como o sexo frágil e, portanto, alvo de ameaças. Helena, ao relatar sua experiência no acampamento, nos mostra essa situação:

Na época [do acampamento] eles ameaçaro, e na época das ameaça o alvo seria eu e meu cunhado, se fosse no caso dum, dum duma coisa de passá um medo ô de atirá em alguém, porque meu ex-marido e minha cunhada, que era os dois era irmão, eles já era pessoa conhecida, tinha parentes que tinha muitos parentes aqui e como a gente tinha vindo do norte, se fosse pra caso a fazê tipo um tiro, fazê qualqué coisa o alvo era a gente. (HELENA. Informação verbal, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, abr., 2015).

Outra situação que demonstra a não superação das assimetrias de gênero nos acampamentos é a divisão de tarefas. Ao descreverem o cotidiano do acampamento, Helena e Antônia mostraram que havia diferença entre os papéis masculinos e femininos. No caso de Helena, enquanto o esposo era responsável pelo trabalho na roça ou em fazendas vizinhas, ela trabalhava como doméstica na casa de outra família no

Assentamento. A partir daí, vemos que apesar da mulher participar do espaço da luta ela ainda permanece e é responsável pela esfera reprodutiva.

Já Antônia relatou que a divisão das tarefas não obedeciam uma distinção de gênero tão delimitada, visto que nem todos os acampados estavam acompanhados de suas esposas. Por outro lado, havia horários para que só as mulheres tomassem banho, lavassem louça e roupa, etc.. Ela também conta que, geralmente, eram os homens que coletavam materiais nas matas para confecção de cestos, pás e outros produtos feitos manualmente (artesanato) que eram comercializados para arrecadação de dinheiro para o acampamento, além de serem eles que trabalhavam em fazendas vizinhas para obtenção de renda.

Conforme observa García (2004),

A separação entre homens e mulheres em distintas ocupações relaciona-se com as expectativas sociais em questão de gênero. As mulheres são vinculadas às tarefas relacionadas à reprodução e ao cuidado de outras pessoas e os homens àquelas atividades que demandam forma física e destreza ou habilidade analítica destacada e poder de mando. (GARCÍA, 2004, p. 146).

Nos acampamentos em que Antônia esteve, a figura do líder era masculina, embora houvessem mulheres que davam suporte para a liderança. Ao ser questionada se havia alguma mulher que também era símbolo de liderança no acampamento como também se ela participava dessa liderança, Antônia disse:

Tinha a Conceição que era [...]. A Conceição era forte [...]. E o irmão dela era líder, sabe? Ai ela ajudava. [...] Eu fazia parte, eu fazia parte toda vida de animadora da comunidade lá. [...] E eu que fazia essa parte ai era eu, que ajudava, né? Eu ajudava. (ANTÔNIA. Informação verbal, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

Apesar da existência de uma figura feminina na liderança, percebemos que seu trabalho é visto como uma ajuda. Além disso, quando as mulheres tinham autonomia, suas funções estavam direcionadas às práticas religiosas que é um papel, socialmente, feminino.

Assim, se por um lado a mulher foi uma figura importante na luta, sua inserção é diferenciada da masculina, conforme observa Valenciano (2006): “Existe, por sua vez, uma inserção diferenciada na luta; homens e mulheres são marcados por uma condição de formas específicas, marcados pelas diferenças de gênero.” (Valenciano, 2006, p. 109).

Desse modo, cabe questionar: O que é gênero e identidade de gênero?

**GÊNERO, IDENTIDADE FEMININA E PADRÕES COMPORTAMENTAIS**

Para compreendermos se a identidade das mulheres foi modificada a partir da luta pela terra, é necessário sabermos o que é gênero, o que é identidade de gênero e que padrões sociais são esses que definem o que é “ser mulher”, atualmente.

Por muitos anos, os argumentos encontrados pela ciência para justificar as assimetrias nas relações entre mulheres e homens estavam vinculados às características biológicas dos sujeitos. Assim, a mulher era incumbida de cuidar dos/as filhos/as e da casa (espaço reprodutivo) por ser mais amorosa, frágil e por ser ela quem reproduzia (gestava os/as filhos/as). Já o homem era incumbido de prover a família, por ser mais forte fisicamente.

Esses argumentos estão ligados ao Naturalismo e seu método positivista do início da ciência moderna, e foram questionados a partir da década de 1960, com o desenvolvimento do conceito de gênero.

Em contraposição à ordem natural assumida pelo discurso hegemônico, surgiu a partir da década de 1960, uma preocupação com as desigualdades sociais existentes entre mulheres e homens (GROSSI, 2004a; LOURO, 1997).

Segundo Grossi (2004a), o surgimento da problemática gênero está vinculado a movimentos sociais de 1968, quando as mulheres que participavam deles perceberam que exerciam papéis secundários aos dos homens.

A partir desse momento, inicia-se, principalmente através dos movimentos feministas e *gay*, um questionamento das relações afetivo-sexuais no âmbito das relações íntimas do espaço privado<sup>10</sup>, que apresentam reflexos no campo acadêmico, dando início aos estudos sobre a condição da mulher (GROSSI, 2004a).

Assim, “Militantes feministas participantes do mundo acadêmico vão trazer para o interior das universidades e escolas questões que as mobilizavam, impregnando e ‘contaminando’ o seu fazer intelectual [...] com a paixão política. Surgem os *estudos da mulher*.” (LOURO, 1997, p. 16, grifos da autora).

Apesar dos avanços e da busca pela visibilidade feminina, “[...] permanece uma unidade *biológica* das mulheres, ou seja, a de que todas as mulheres independente de sua

---

<sup>10</sup> Esse momento ficou conhecido como a segunda onda feminista, sendo a primeira caracterizada pelo sufrágismo (LOURO, 1989).

condição social, se reconhecem pela morfologia do sexo feminino [...]” (GROSSI, 2004a, p. 3, grifos da autora).

É a partir da elaboração do conceito de gênero que se inicia um questionamento à determinação biológica da “condição feminina”. De acordo com Scott (1995).

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. (SCOTT, 1995, p. 3).

Isso porque, “as justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas, não nas diferenças biológicas [...], mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.” (LOURO, 1997, p. 22).

Conforme explica Grossi (2004a) o conceito de gênero chegou até nós por meio de pesquisadoras norte-americanas que passaram a usar a categoria “*gender*” para falar das origens sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres.

Isso se deu de forma tímida já no final dos anos 80, ganhando espaço posteriormente, através das feministas (LOURO, 1997).

Assim, “[...] em linhas gerais, gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual.” (GROSSI, 2004a, p. 5).

Para Scott (1995)

O núcleo essencial da definição [do conceito de gênero] baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. (SCOTT, 1995, p. 21, *grifos da autora*).

Portanto, o conceito de gênero surge como uma ferramenta analítica e ao mesmo tempo uma ferramenta política (LOURO, 1997).

A partir da afirmação de Scott, é possível concluir que o gênero está circunscrito em um tempo/espaço, logo é mutável, transitório. A esse respeito Louro (1997) assinala:

Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. [...] O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. (LOURO, 1997, p. 23).

A autora, por sua vez, adverte que a característica social e relacional do conceito não deve levar a pensá-lo como se referindo à construção de papéis masculinos e femininos. Segundo ela,

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar, ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade e responder a essas expectativas. (LOURO, 1997, p. 24).

Ao estudarmos o lugar social de um sujeito, devemos considerar sua identificação enquanto pertencente do grupo que compõe esse lugar. No caso das relações de gênero, sua identificação como mulher ou como homem.

Nessa perspectiva, propõe-se entender gênero como constituinte da identidade dos sujeitos (LOURO, 1997). “Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir [...] a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o.” (LOURO, 1997, p. 25, grifos da autora).

Assim,

A identidade de gênero [...] pode ser considerada como sendo algo que não é dado e, sim, constituído e vivenciado ativamente por cada homem e mulher a partir dos elementos fornecidos por sua cultura, ou pelo fato de alguém se sentir masculino e/ou feminino, num processo contínuo e dinâmico, não dado no nascimento e, a partir daí, marcado para sempre,

ou seja, é uma construção cultural/social e histórica, uma aquisição, uma performance, uma atuação. (MAIO; OLIVEIRA JUNIOR, [2013-?], p. 103).

Tendo em vista o caráter de construção da identidade de gênero, esta é instável, passíveis de transformação (LOURO, 1997).

Mediante a isso, “[...] a identidade é aberta, dominada pela incompletude, multiforme. Tem contornos fugidios e adota traços pessoais, culturais e contextuais que se confundem com a sua própria história. A identidade é, por natureza, híbrida e inconstante.” (VIEIRA, 2005, p. 214).

A constituição da identidade de gênero, apesar de temporária como também é a sociedade, está ligada a padrões sociais que estabelecem comportamentos, sentimentos, etc., a cada sujeito, mulher ou homem. Confirmando essa proposição, Vieira (2005) enfatiza:

[...] ressaltamos a possibilidade de estudar a identidade, suas imbricações, conexões e contradições, bem como a identidade social, como uma totalidade complexa que envolve a sociedade, a cultura, a economia e a política, assim como a identidade individual, aquela que constitui a subjetividade e a ação. Mas sem esquecer de que, muitas vezes, os elementos da sociedade encontram-se articulados em uma estrutura relacional hegemônica, que é, por natureza, incompleta e temporária, sendo susceptível a qualquer momento de subversão. (VIEIRA, 2005, p. 212-213).

Desse modo, a identidade feminina, objeto desse trabalho,

[...] é produto social e reflexo do olhar do outro. Importa, antes de tudo, como e de que modo o outro a vê e não apenas a imagem que ela tem de si mesma. Em qualquer sociedade, a identidade é construída socialmente pelas práticas discursivas, cujo discurso é produto da cultura que a construiu. Assim, a identidade feminina é definida pelo discurso de seu interlocutor. (VIERA, 2005, p. 235).

Esse discurso está pautado em uma ideologia patriarcal que impõe a mulher um comportamento de submissão ao homem, fruto de uma nova ordem instaurada com a consolidação do capitalismo e a conseqüente valorização do espaço produtivo e secundarização do espaço reprodutivo. Conforme explica Grossi (2004b),

Nas sociedades tradicionais, o gênero é marcado por tarefas exclusivamente de homens e mulheres. Assim, no mundo industrial, os



homens estavam ligados à esfera da produção enquanto as mulheres à esfera da reprodução (tanto no que se refere aos filhos, quanto nos trabalhos domésticos necessários à reprodução da força de trabalho). Nas sociedades camponesas, as tarefas são divididas em trabalho de mulher e em trabalho de homem. A divisão sexual do trabalho é transmitida de geração em geração pelo aprendizado dos meninos com os homens e das meninas com as mulheres. (GROSSI, 2004b, p. 16).

Esse aprendizado de que fala Grossi, não é apenas sobre os papéis que devem desempenhar, mas envolve a construção da identidade feminina e masculina, que se dá desde o momento de descoberta do sexo do bebê, quando este passa a ser tratado como menina ou menino.

Logo, desde a infância as identidades de gênero são construídas no contexto social. Vieira (2005), ao falar do papel da família na construção da identidade feminina, nos dá um exemplo desse fato:

[...] é comum na pedagogia familiar do Ocidente que as meninas, ainda no berçário, ganhem brinquinhos e vestes cor-de-rosa e que recebam um pequeno laço de fita nos cabelos logo após o primeiro banho. Assim, daquele momento em diante, instala-se na vida daquela pequena mulher o início do aprendizado dos rituais de beleza que deverá fazer parte de sua identidade feminina durante toda a sua vida. (VIEIRA, 2005, p. 225).

A formação da identidade de gênero feminina está muito vinculada ao corpo e aos padrões sociais que ditam um modelo ideal. Como destaca Grossi (2004b),

Há estudos muito interessantes sobre o culto ao corpo no Brasil, como os trabalhos da equipe de pesquisa de Mirian Goldenberg [...] a respeito do que se faz nas academias, do que se conversa ali, o que se fala, o que se produz, o que se diz sobre o corpo. Para estes pesquisadores, o corpo tem um papel crucial na constituição da identidade de gênero contemporânea, sendo um elemento central na constituição do sujeito. Assim como no modelo tradicional era necessário que a mulher se produzisse regularmente no cabeleireiro, hoje a mulher deve se produzir na academia [...]. (GROSSI, 2004b, p. 10).

Diante disso, a referida autora conclui que “A beleza é um dos elementos centrais da constituição da feminilidade no modelo ocidental moderno, pois é ela que permite à mulher se sentir desejada pelo homem.” (GROSSI, 2004b, p. 11).

Outro fator determinante na construção social da identidade feminina, diz respeito ao comportamento ou a honra familiar, como observa Grossi (2004b):

[...] são as mulheres (mãe, filhas, irmãs) as responsáveis pela honra familiar. Cabe portanto aos homens (pai, filhos, irmãos) o controle sobre a virtude feminina. Virtude que é reconhecida publicamente pela categoria respeito. Uma mulher de respeito é, portanto, uma mulher que está adequada aos comportamentos reconhecidos socialmente como femininos. Para as mulheres casadas, ser uma mulher de respeito está associado à capacidade de reprodução e de controle de sua prole. (GROSSI, 2004b, p. 13).

Assim, podemos, a grosso modo, identificar como padrões de feminilidade ditados pela sociedade ocidental: A beleza baseada no modelo de mulher magra (a custo de muito esforço e autocontrole), branca, de cabelos lisos, que usa maquiagem e outros adereços, e que se preocupa com a aparência para agradar os homens, além de natureza delicada e frágil; a preferência por cores como rosa e vermelho e a preocupação em seguir as tendências de moda; a preferência por assuntos ligados à roupas, sapatos, culinária; a responsabilidade pela manutenção do lar, mesmo trabalhando em outros locais, como também o cuidado dos/as filhos/as e do marido; respeito a opinião dos homens e ocupação de uma posição de submissão e/ou inferioridade em relação a eles.

Por fim, cabe destacar que a identidade de gênero é produto de comportamentos sociais aprendidos com a família e com outras instituições sociais, como a igreja e a escola.

Nessas condições, tendo em vista que a identidade de gênero feminina é um produto social e, portanto, não é fixa, mas constantemente modificada pelos aspectos socioculturais em que os sujeitos estão envolvidos, surge o seguinte questionamento que buscaremos responder na seção seguinte: A identidade das mulheres camponesas que participaram dos movimentos de luta pela terra foi modificada?

### **A IDENTIDADE DAS MULHERES DO ASSENTAMENTO SERRA DOURADA APÓS A LUTA PELA TERRA**

O acesso à terra a partir da luta nem sempre é o suficiente para devolver às camponesas e aos camponeses seu território. No Assentamento Serra Dourada, as dificuldades de permanência na terra fizeram com que muitas famílias não continuassem ali, abandonando ou comercializando as parcelas, como foi possível perceber na pesquisa de campo.

Assim, através da aplicação de questionário com as famílias do Assentamento Serra Dourada, constatamos que apenas quatro mulheres participaram do processo de luta pela terra através de ocupação e acampamentos, representando 33% das mulheres desse lugar.

Nessa seção buscaremos compreender se a participação na luta pela terra modificou a identidade de Gênero dessas mulheres.

Como já dissemos, a identidade de gênero é socialmente construída e está relacionada ao autorreconhecimento dos sujeitos como femininos ou masculinos.

Tendo isso em vista, por meio de entrevista, perguntamos às pesquisadas se elas observaram mudanças em seu comportamento e relacionamento com a família, após a experiência da luta por terra.

Para Helena não houve nenhuma mudança em seu comportamento; Por outro lado, as relações com seu esposo modificaram a ponto de ocorrer a separação:

Não, pra mim nada. [...] pra ele [ex-marido] é que mudô, porque... assim [...] aumento os conflito, até purquê ele, o sonho dele num era a terra, né? Num era a terra. O sonho da terra era meu... ai ele falava sempre, que ele foi criado na roça tamém, fala assim “meu sonho é vive na terra, meu sonho é fica na terra” num sei o quê. Só que ai, quando esse sonho foi realizado, por sê piqueno, ô talvez nem era o sonho dele, vai que a cabeça, ele era alcóolatra, então, num tinha, num sei té hoje num intendi, vivi muitos ano e não intendi, mas o dele não era, agora o meu era. Só que quando eu ganhei, depois que eu ganhei a terra foi que aumentô os conflito e chegá ao ponto de chegá a separação. (HELENA. Informação verbal, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, abr., 2015).

A partir desse fato, percebemos que à ameaça a hegemonia masculina no âmbito familiar não é aceito pelo homem.

Perguntamos a Helena, nesse momento da entrevista, se ela identificava mudanças por estar realizando um sonho:

[...] Não, de cabeça não, eu só, só falo que eu adquiri mais experiência de vida. Pra mim foi como se eu, se eu tivesse adquirido mais experiência de vida... assim, mudá a minha cabeça e o meu modo de pensá, era ixatamente o que eu quiria, era o que eu quiria. Num era nada mais e nada menos. Era o sonho e eu acho que foi só a concretização daquilo que eu pensava, né? im mim eu acho que num mudô nada. Só mudô assim, que cê fala assim “eu consigo. Eu lutei, eu batalhei, eu consegui”. [a senhora se sente mais forte por isso?] Mais, muito mais, até pelo que eu passei [...]. Então isso dá mais força pra gente, e que dá, além de dar força, dá, aumenta mais ainda o valor da terra pra gente... o que aumentô mais ainda. Eu acho que num, num, eu daria o mesmo valor, mais por tê

passado isso, eu acho que eu valorizo mais ainda. (HELENA. Informação verbal, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, abr., 2015).

Concluimos, a partir da fala de Helena, que a mudança dos padrões de identidade de gênero foram modificadas pela experiência na luta por terra, proporcionando seu fortalecimento e sua emancipação. Apesar disso, observamos que a própria decisão de inserção na luta pela terra, por Helena, acusa uma identidade de gênero que diverge dos padrões femininos tradicionais e, portanto, antecede a experiência do acampamento.

Essa situação também pode ser vista na fala de Antônia quando diz que para viver no acampamento é preciso ter “garra”. Antônia, ao ser questionada se observou mudanças em seu comportamento, a partir da luta respondeu que sim; mas, que essas mudanças iniciaram a partir de seu casamento:

Eu acho que mudô foi tudo. Tudo, assim, minha vida assim, parece, sei lá, transformô tudo. [...] parece que eu fiquei mais assim... sei lá... pacata. Eu acho. Sabe? Purquê de primeiro eu num era assim. [...] Eu era mais pra cima, sabe? [...] Eu era mais alegre e eu cantava, eu cantava dimais, eu tinha uma voz, num é purquê [...]. Nossa, eu participei de festival, tudo sabe? Teve uma vez que os, o povo queria me levá pra São Paulo pá [...] estudá pá cantá, pá cantora [...], mas aí minha mãe num dexô, cum medo né?, naquele tempo, [...] ficava pensano que queria levá pá [...] otas coisa. Num sabe o quê que é né?, então minha mãe num dexô não. [...]. [Como a senhora era antes do acampamento?] Eu andava só maquiada, minha fia. [...] cada mês eu fazia um vistido, tinha esse negócio di ripiti não. Ia pás festa, ia cum minha mãe pás festa... ia assim, di, di reza de São João, Santo Antônio, essas coisa, sabe?. Ela rezava muito nas casas, e eu ajudava ela. Ah, eu ia toda, toda minha fia, toda facera [...]. Minina, mas tinha um corpo, cê picisa de vê [...]. [...] Quando a gente tava no acampamento só usava bermuda, num podia, num usava saia, vistido, [...] pur causa dos lugar de sentá, o jeito que era né, de sentá... difícil. [...] Depois que eu fui pru acampamento... não, depois que eu casei já mudô tudo [...]. [O marido da senhora era bravo?] Era... muito injuado... custoso, sabe? Tinha ciúme... ele falava que num tinha não, mas tinha. [...] Ele cunheceu eu assim, arrumada, maquiada, cabelo arrumado, tudo! Eu andava arrumadinha, minha fia! [...] Depois, ele garrô a indecentá [...] de ciúme, de ciúme [...]. No final eu nem usava mais nada não, sabe?. Eu parei de usá batom... a única coisa que eu uso, sabe o quê? Desodorante [...]. (ANTÔNIA. Informação verbal, Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, mai., 2015).

Por conseguinte, com o relato de Antônia podemos identificar a constituição da identidade feminina a partir dos padrões corporais, bem como, do comportamento. Conforme disse, a partir da entrada no acampamento, ela deixou de usar determinados tipos de roupa pelos lugares em que sentavam.

Diferente de Helena, que adquiriu uma certa emancipação, Antônia, ao longo de sua vida precisou se adaptar as exigências do marido, ocupando espaços vistos como secundários e posição de submissão. A participação na luta por terra influenciou sua identidade de modo a reforçar as assimetrias de gênero. Ao ser perguntada se houve modificações nas relações com o marido após a inserção no movimento, que era uma vontade dele, Antônia diz: “Igual... do memo jeito.”

Assim, percebemos que a participação na luta por terra influencia na modificação da identidade de gênero feminina. Todavia, para pensar uma igualdade entre os sexos devemos considerar características referentes às relações de gênero e a identidade feminina, que antecedem a participação nos movimentos de luta por terra.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A identidade de gênero, por ser uma característica socialmente adquirida pelos sujeitos, está circunscrita em um espaço/tempo e, portanto, possui movimento. Sendo assim, as diversas experiências que as mulheres e os homens vivenciam, em seu cotidiano, redesenham suas identidades.

Com efeito, a partir da pesquisa pudemos concluir que a identidade de gênero das mulheres que participaram da luta pela terra foram modificadas. Apesar disso, essa modificação nem sempre contribuiu para a superação das assimetrias entre os gêneros.

Entre outros motivos, reconhecemos que a luta pela terra desvinculada de uma organização política, de um movimento social progressista pouco contribui para minimização das desigualdades de gênero. Além disso, há que destacar que nem sempre movimentos sociais progressistas condenam e combatem a desigualdade de gênero.

Como sabemos, a identidade de gênero, bem como as relações que estão enraizadas nos papéis do homem e da mulher, são adquiridos e reforçados pela escola, pela família, pela igreja como também pelas ações políticas dos movimentos sociais, nesse caso, de luta pela terra.

Portanto, torna-se necessário uma maior atenção por parte das instituições sociais para a superação das assimetrias entre os gêneros, especialmente a escola, já que essa é responsável pela formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Também, os movimentos sociais devem incorporar o discurso de igualdade entre os gêneros para que haja uma verdadeira emancipação social e combate a uma ordem

política, econômica e cultural que oprime os sujeitos que não se enquadram nos padrões ideológicos do capitalismo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, S. A. ; MENDONÇA, M. R. . A Ação Das mulheres camponesas na luta pela conquista da moradia no Movimento Camponês Popular MCP no estado de Goiás. In: XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2014, Natal. **Anais...** Natal, 2014.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Territorialidades camponesas nos tipos de assentamentos rurais do Território Cantuquiriguaçu, Estado de Paraná, Brasil.** GeoGraphos. [Em Línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 16 de marzo de 2013, vol. 4, n.º 48, p. 378-403. [ISSN: 2173-1276].

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 3 ed. Globo, 2001.

GARCÍA, María Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero.** Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. 224p. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente (SP). 2004.

GROSSI, Mirian P. Identidade de Gênero e Sexualidade. 2004a. Disponível em: <<<http://migre.me/iqOgM>>>.

\_\_\_\_\_. Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em primeira mão/Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: Florianópolis: UFSC, 2004b, v. 75.** Disponível em:<< <http://migre.me/iqOkJ>>>.

INCRA. **Projetos de Reforma Agrária conforme fase de implementação.** INCRA, 2014. Disponível em: <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **As tramas do poder na territorialização do capital no cerrado: o PRODECER.** 2010. 270p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia (GO). 2010.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, 14-36.

MAIO, Eliane Rose. OLIVEIRA JUNIOR, Isaias Batista de. Corpo, Gênero, Sexualidades e Educação. In: FERRARI, Anderson. *et. al.* (Orgs.) **Corpo, Gênero e Sexualidade.** Lavras: Universidade Federal de Lavras, [2013-?].

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A participação do Banco Mundial no Mercado de Terras no Brasil e no Mundo.** Fortaleza: Edições UFC, 2012.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Mendonça. Cerado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Dênis. (orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia, Editora Vieira, 2010.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa: cotidiano e história em assentamentos de Goiás**. 1997. 369p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. V. 20, n. 2, Porto Alegre. UFGS, 1995, p. 71-99.

SILVA, Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da. **Sobre o camponês do sertão: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás-GO**. 2003. 187p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2003.

SOUZA, Francilane Eulália de. **As “geografias” das escolas no campo do município de Goiás: instrumentos para a valorização do território camponês?**. 2012. 380p. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente (SP). 2012.

SOUZA, Francilane Eulália. *et al.* Do assentamento Mosquito ao assentamento Serra Dourada: As lutas pela conquista e permanência na terra no município de Goiás- 2004. In: IX Encontro Regional de Geografia, 2005, Porto Nacional. **Anais...** Porto Nacional, 2005.

\_\_\_\_\_. Do assentamento Mosquito ao assentamento Serra Dourada: lutas pela conquista e permanência na terra no município da cidade de Goiás. In.: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009.

VALENCIANO, Renata Cristiane. **A participação da mulher na luta pela terra: discutindo relações de classe e Gênero**. 2006. 143p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente (SP). 2006.

VIEIRA, Josênia Antunes. **A identidade da mulher na modernidade**. D.E.L.T.A. n. 21, especial, 2005. P. 207-238.

Recebido em: Novembro de 2015

Aceito em: Dezembro de 2015